

**Discurso do conselheiro eleito, Sr. Edgard de Aguiar Cordeiro,
por ocasião da posse realizada em 29/09/2020 por
videoconferência**

“Bom dia a todos os já mencionados pelo cerimonial e em especial aos funcionários do Postalis e demais candidatos eleitos comigo (para os Conselhos Deliberativo e Fiscal)”.

“Sou Edgard Cordeiro, empregado de carreira dos Correios, onde trabalhei por 43 anos e, me desliguei em 2017. Sou participante do Postalis desde a sua criação em 1981”.

“A posse dos eleitos no Conselho Deliberativo representa parte dos anseios dos participantes ativos e assistidos, que clamam por um ponto final nas diversas interferências ocorridas na gestão do Postalis e pelo início da reconstrução no nosso fundo de pensão”.

“Em nome dos eleitos, peço licença para abordar alguns pontos importantes para o futuro do nosso fundo de pensão”.

“1º ponto: é de agradecimento aos participantes do Postalis pelo voto de confiança que nos deram na última eleição e, aproveitamos para reafirmar o compromisso que assumimos durante as eleições, de trabalhar com seriedade, na busca da transparência, da moralidade, da saúde financeira e de melhores resultados no Postalis”.

“Nosso fundo de pensão deve passar em breve, por grandes discussões nos planos de benefícios oferecidos e nas contribuições cobradas. Nós, os eleitos, seremos os porta vozes dos participantes nos debates, para que a justiça seja feita”.

“2º ponto: vou falar com os eleitos junto comigo. O Caio e o Marcos Sant’aguida para o Conselho Deliberativo e, com o Fábio Conde e o Anésio para o Conselho Fiscal, e os suplentes: o Romão, o Rufino, o Pestana, a Débora e o Hélio”.

“Temos um Estatuto vigente, que estabelece para o Conselho Deliberativo: a definição da política geral de administração do Postalis e dos planos de benefícios e, ao Conselho Fiscal: exercer o controle interno”.

“Por outro lado, temos que observar que o Estatuto foi modificado sem discussão alguma, durante a obscura intervenção adotada e, num período em que os Órgãos Estatutários estavam impedidos de atuar. No novo Estatuto, foi retirado o direito dos participantes de elegerem dois diretores e, esperamos

que esta situação se normalize em pouco tempo e, que o Estatuto seja atualizado, para que tenhamos a volta da paridade na Diretoria e, o preenchimento das vagas previstas por meio de eleição. Este formato é adotado por todos os grandes fundos de pensão e se a contribuição cobrada é paritária, a gestão não pode ser toda do patrocinador”.

“3º ponto: queremos falar com os funcionários do Postalís, para lhes pedir que: continuem trabalhando com dedicação e paciência, pois alguns dos participantes não possuem nem mesmo um celular, email e, encontram dificuldades para acessar o Postalís On Line”.

“Sempre que houver, mandem as sugestões de melhorias nos processos de atendimento ou nos benefícios para os seus gestores, pois ninguém melhor do que vocês para saber dos anseios dos participantes”.

“4º ponto: queremos falar com o nosso patrocinador, os Correios”.

“Em primeiro lugar, pedir que mantenha sempre no Postalís uma Diretoria com bons administradores. Não podemos ter aqui *“dirigentes”*, como alguns do passado, que cometeram atos criminosos em benefício próprio ou de grupos, e que rapinaram nosso fundo de pensão. Os dirigentes atuais e os membros do Conselho Deliberativo, indicados pela Patrocinadora, não são funcionários de carreira dos Correios, mas terão o respeito dos eleitos. Deixamos aqui um pedido para vocês: *escrevam seus nomes na história do nosso fundo de pensão, mediante a realização de um trabalho sério e honesto e terão o apoio dos membros eleitos”*.

“Em segundo lugar, queremos pedir aos Correios que voltem a pagar a RTSA – Reserva Técnica de Serviço Anterior, hoje próxima de R\$ 1,7 bilhão”.

“Essa dívida é relativa ao tempo de serviço **ANTERIOR** à data de criação do plano BD em 1981 e corresponde ao valor do custo dos participantes que ingressaram tardiamente ou com idade avançada no Plano”.

“Em 2007, a Diretoria dos Correios assumiu o compromisso deste pagamento e, em 2010/2011, juntamente com o DEST – Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais reconheceu a responsabilidade da empresa neste encargo”.

“A suspensão do pagamento em 2014 foi uma *“pedalada”* aplicada nos participantes para que a empresa não fechasse *“no vermelho”* em 2013”.

“Pedimos o empenho dos Srs. Paulo Humberto Cesar de Oliveira, presidente do Postalís, e Celso José Tiago, presidente do Conselho Deliberativo, na negociação dessa dívida com os Órgãos do Governo”.

5º ponto: queremos falar com o Banco BNY Mellon.

“O que falar da atuação deste Banco, contratado que foi em janeiro/2011 para ser o Administrador Fiduciário de alguns bilhões que o Postalis possuía a época”.

“Para decepção de todos, ao invés de entregar uma boa administração ao Postalis, este Banco teve seu ex-presidente preso e envolvido num mega esquema de corrupção com recursos do nosso fundo de pensão. Vejam alguns dos valores envolvidos”:

“BNY Mellon teve seu ex-presidente preso em 2018 na Operação Pausare, junto com o ex-presidente do Postalis, por irregularidades nos *“investimentos”* de R\$ 223,4 milhões no FIP ETB - Nova Bolsa, que nunca saiu do papel”.

“Os *“investimentos”* realizados em empreendimentos duvidosos como: CCI Mudar, FIP Bioenergia, FIP Multiner, Canabrava Energética, FIDC CJP Serengeti, Fundo Danúbio, BNY Mellon FIC FIDE e Brasil Sovereign II estariam próximos de R\$ 1,4 bilhão”.

“No Relatório Final, a CPI dos Fundos de Pensão apontou que os valores provisionados no Postalis, dos *“investimentos”* controlados pelo BNY Mellon passariam de R\$ 742 milhões (valores da época) e, somente com o Grupo da Usina Canabrava, os prejuízos seriam da ordem de R\$ 425 milhões”.

“Além dos prejuízos acima citados, o BNY Mellon teve seu ex-presidente preso, mais uma vez, na Operação *“Rebate”* da PF, em 2020, e ficou constatado que *“ele realizou diversas operações para converter dinheiro em espécie que possuía, em jóias, pedras e/ou metais preciosos, nomontante de R\$ 45 milhões”*”.

“Nós, membros eleitos para os Conselhos, temos uma sugestão a fazer ao Banco BNY Mellon, cuja sede é nos EUA: recompre os papéis dos investimentos que administrou no Postalis, pelo valor da época, corrigido pela inflação + indenização a ser negociada pelos danos morais que causou aos milhares de participantes. Faça como a Petrobras que fez acordo e indenizou investidores estrangeiros da Bolsa de Nova York em R\$ 12 bilhões, por terem sido vítimas de um *“mega esquema de corrupção”* cometido por ex-dirigentes da empresa”.

“Queremos falar também com as empresas que receberam os recursos do Postalis e, lhes fazer uma recomendação simples e direta: procurem o Postalis para devolver os recursos que subtraíram do nosso fundo de pensão e, que a Justiça não lhes dê tréguas”.

“Não podemos deixar de destacar que a Polícia Federal realizou diversas operações apurando crimes ocorridos nos “investimentos” do Postalís, entre as quais tivemos as seguintes: a *Operação Positus, Recomeço, Greenfield, Pausare e Rizoma*”.

“Nessas Operações, foram apontados crimes de todas as naturezas, entre eles: fraudes na compra de títulos da Argentina e Venezuela, dinheiro ilegalmente desviado para contas bancárias dos investigados, avaliações financeiras irreais, investimentos fraudulentos, valores enviados para o exterior para serviços inexistentes e negócios que nunca saíram do papel”.

“Tantos foram os crimes no Postalís que o MPF – Ministério Público Federal criou uma Força-Tarefa em 2019 só para apurar os ilícitos ocorridos no nosso fundo de pensão e, em um de seus relatórios foi citado que”:

“(...) o grande número de irregularidades tornavam patente que não se tratavam apenas de investidores de má sorte, mas de um grupo criminoso que desviava recursos do Postalís em proveito próprio(...)”

“Assim, pedimos que a Diretoria-Executiva do Postalís jogue pesado contra essa gente e, terá todo o apoio dos conselheiros eleitos neste trabalho”.

“6º ponto: e por fim, quero falar com a Diretoria do Postalís sobre a Proposta de Modelagem da Estratégia Previdencial divulgada”.

“O trabalho a ser feito para um novo plano de equacionamento não pode ser exclusivo do Postalís. É preciso ouvir todas as opiniões”.

“Assim, pedimos a designação de um Grupo de Trabalho com representantes das Associações: ADCAP, ANIPP, ANATECT, AACB, das Federações Sindicais FINDECT e FENTECT e da FAACO”.

“Temos o exemplo do recente Plano de Equacionamento do Déficit – PED da Petros que foi construído com base em uma proposta do Grupo de Trabalho paritário, com amplo debate com entidades representativas e diversos encontros com Participantes. Na proposta implantada, a contribuição extra se situou próxima de 12% (doze por cento)”.

“Senhores Presidentes Paulo Humberto e Celso Tiago, nenhum dos crimes acima citados foi cometido por participantes Carteiros, Operadores de Triagem ou Gestores dos Correios. Pagar contribuição extra para cobrir o déficit atuarial é aceitável, já que os participantes estão vivendo mais, a taxa de juros oscila e etc”.

“O que não será razoável é pagar 50% de contribuição no Plano BD ou na migração para o novo Plano CD, para cobrir um rombo que o MPF e a PF demonstraram que o dinheiro foi desviado por uma organização criminosa”.

“Nós, conselheiros eleitos, entendemos que um novo plano de equacionamento é necessário, desde que os participantes paguem o déficit atuarial e, a Patrocinadora volte a pagar a RTSA, para ser justo, e o BNY Mellon ressarça os prejuízos que causou aos Participantes”.

“Por fim, diante de tudo aqui exposto e da premente situação de todos os participantes, peço à Diretoria do Postalís, em nome dos Conselheiros eleitos, que trabalhe, arduamente e tão somente, por aquilo que é CORRETO e JUSTO e, para isto poderá contar com o nosso apoio”.

“Agradeço em nome dos eleitos”!

Para o Conselho Deliberativo:

Edgard de Aguiar Cordeiro e suplente José Roberto da Silva Romão.

Caio Flávio Félix de Oliveira e suplente José Aparecido Rufino.

Marcos Antonio Sant' Aguida do Nascimento e suplente Wagner de Oliveira Pestana.

Para o Conselho Fiscal:

Anésio Rodrigues e suplente Helio Geraldo de Rezende.

Fábio Geraldo Oliveira Conde e suplente Débora Adriana Nunes Henrique.